

DISCUSSÕES SOBRE O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO CURRICULAR REFERENCIAL DA BAHIA (DCRB) NO MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA: A PARTICIPAÇÃO REMOTA DO GRUPO DE PESQUISA E ESTUDOS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA (GEPEDI)

Bruna Pereira dos Santos¹
Cristiane Gomes Ferreira²
Elizete Costa dos Santos Oliveira³
Ely Carlos Silva Teixeira⁴

RESUMO

Esse texto tem como objetivo realizar uma discussão acerca da participação remota do Grupo de Pesquisa e Estudo sobre Educação Inclusiva (GEPEDI) no processo de (re)elaboração do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) no município de Nova Viçosa em relação a Educação Especial na perspectiva inclusiva. A centralidade da discussão será a reunião ocorrida, no qual o GEPEDI participou com a discussão 'Dialogando sobre Educação Especial/Inclusiva: um encontro com docentes de Nova Viçosa'. O encontro ocorreu no Google Meet e apresentaremos algumas considerações em relação a elaboração desse documento e a participação remota do Grupo de Estudos e Aprendizagem (GEAs).

Palavras-chave: Documento Curricular Referencial da Bahia; GEPEDI; Participação Remota; Educação Inclusiva.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma discussão acerca da participação remota do Grupo de Pesquisa e Estudo sobre Educação Inclusiva (GEPEDI) no processo de (re)elaboração do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) nos municípios do Extremo Sul em relação a Educação Especial na perspectiva inclusiva. A discussão foi com o Grupo de Estudo e Aprendizagem (GEA) para Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do município de Nova Viçosa - BA. Eles têm como finalidade envolver educadoras e educadores da rede de ensino no processo de estudo, reflexão e autoria curricular, tendo em vista a elaboração do Referencial Curricular local.

¹ Graduada em pedagogia, egressa do Curso de Pedagogia da UNEB/DEDC-X. Email: brunasantos8888@hotmail.com

² Mestrado em Educação PPGEDuc/UNEB, professora assistente da UNEB/DEDC-X. Email: crisgfe.inclusao@gamil.com

³ Mestrado em Ensino na Educação Básica – CEUNES/UFES. Professora da rede pública municipal de ensino de Teixeira de Freitas – BA. Email: elizete_bebes@hotmail.com

⁴ Psicopedagogo, Profissional do Caps do município de Teixeira de Freitas/Ba. Email: elicarlos17@hotmail.com

Esse texto terá como foco central a reunião ocorrida no município de Nova Viçosa, no qual o GEPEDI participou com a discussão 'Dialogando sobre Educação Especial/Inclusiva: um encontro com docentes de Nova Viçosa'. Os municípios baianos foram convocados pela Secretaria de Educação do Estado para apresentarem sua proposta curricular tendo como base as orientações normativas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), contudo devem adaptá-la e se referenciar com as identidades do território baiano e suas particularidades.

Em 2018 o Ministério da Educação entregou a versão final da BNCC e as redes terão até novembro de 2020 para desenvolver novos currículos de acordo com esse documento. O DCRB foi aprovado em meados de 2019 e estabeleceu um cronograma de trabalho e organização estabelecido pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) – Bahia.

A metodologia de trabalho é uma Pesquisa Ação que de acordo com Picheth, Cassandre e Thiollent (2016, p. s4) “tem por finalidade possibilitar aos sujeitos da pesquisa, participantes e pesquisadores, os meios para conseguirem responder aos problemas que vivenciam com maior eficiência e com base em uma ação transformadora”. O trabalho foi embasado por Bahia (2018), Brasil (2017), Mazzota (2011), Vygotsky (1993), entre outros. O texto foi dividido por partes para melhor compreensão do leitor.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

A trajetória da pessoa com deficiência sempre foi marcada por lutas, desafios e conquistas. Evidentemente, se fizermos uma retomada no tempo vamos saber que desde a Idade Média as pessoas com deficiência sofreram as mais perversas formas de exclusão e discriminação. Informações apresentadas nos estudos de Mazzota (2011), Lopes e Fabris (2013) apresentam a narrativa de que durante muito tempo as pessoas com deficiência foram privadas do convívio social, condenadas a viver isoladamente e desconsideradas enquanto ser humano.

Diversos acontecimentos favoreceram o movimento educacional inclusivo a partir da década de 90, que influenciou a elaboração de políticas. Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) que apontou possibilidades para o atendimento do público alvo da Educação Especial, a Declaração da Salamanca (1994), defende que uma escola inclusiva deve superar os obstáculos impostos pelas limitações do sistema educacional. As discussões sobre a inclusão escolar tomou maior proporção e ganhou

ainda mais força com a aprovação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI (2008), com a Lei Brasileira de Inclusão – LBI (2015), com o Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024) suas 19 estratégias e principalmente a Meta 4 (Educação Inclusiva).

Embora possamos perceber os diversos avanços legais, ainda temos muitos recuos, que se acentuam no momento da efetivação da garantia dos direitos. Contudo, a inclusão escolar foi um acontecimento positivo e necessário para que alunas e alunos deixassem de frequentar apenas as escolas especiais e pudessem compartilhar dos mesmos espaços nas escolas de ensino comum.

De acordo com Oliveira (2009) o convívio com uma pessoa com deficiência não nos traz nenhum prejuízo, ao contrário a convivência nos permite aprendizagem e desenvolvimento através da interação com o outro, pelo processo de mediação. Os estudos de Vigotski (1993) convalida esse pensamento, apresentando-nos novas perspectivas em relação a inclusão, a aprendizagem e o desenvolvimento da pessoa com deficiência.

No processo de inclusão, é preciso olhar a pessoa para além de sua deficiência e limitações, reconhecendo o potencial humano. Por isso, nossa defesa é pela construção de uma escola inclusiva, onde práticas discriminatórias e olhares capacitistas não tenham espaço.

DOCUMENTO CURRICULAR REFERENCIAL DA BAHIA (DCRB) E OS GRUPOS DE ESTUDO E APRENDIZAGEM (GEAS): HISTÓRICO E RELAÇÃO COM A BNCC

Para compreendermos o processo de (re) elaboração do DCRB é preciso fazermos uma retomada ao ano de 2017, quando foi aprovada a fase final da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Foi a partir da aprovação da BNCC, que os municípios começaram um movimento para elaboração de propostas curriculares que pudesse ser legitimado em um Documento Curricular, porém, muitos municípios não conseguiram concluir a proposta.

A partir das dificuldades apresentadas pelos municípios para elaboração desse Documento, o Programa ProBNCC Bahia, realizou entre os dias 19 de fevereiro e 04 de março de 2020 uma pesquisa que apontou que na maioria dos municípios baianos não possuíam Referenciais Curriculares. Diante dessa informação, a UNDIME/ BA em parceria com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia estruturou uma ação com

o objetivo de orientar os municípios nos projetos políticos pedagógicos e na implementação das diretrizes curriculares. A ação conta com as parcerias da Universidade Federal da Bahia - UFBA, da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME/BA) e da Fundação Itaú Social.

Para conseguir realizar a ação formativa, a UNDIME/BA mobilizou as redes municipais de ensino para formação das equipes locais. Assim, cada município participante foi orientado a estruturar uma comissão, intitulada de Comissão Municipal de Governança (CMG), cuja pessoas são em sua maioria vinculadas a equipe pedagógica das Secretarias Municipais de Educação. Houve também a necessidade de criação de grupos de WhatsApp que receberam o nome de Grupos de Estudo e Aprendizagem (GEAs).

REFLEXÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO REMOTA DO GEPEDI NO GRUPOS DE ESTUDO E APRENDIZAGEM (GEA) PARA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO DCRB

Esse trabalho traz algumas reflexões sobre a participação do GEPEDI na Live com o grupo do GEA Educação Inclusiva do município de Nova Viçosa. Por esse motivo, compreendemos que ele tem como metodologia a pesquisa ação, pois de acordo com Thiollent (1987) apud Picheth, Cassandre e Thiollent (2016, p. s5) esse tipo de metodologia, pressupõe uma participação não apenas dos pesquisadores, mas também dos pesquisados em torno de uma ação planejada, na forma de uma intervenção com mudanças na situação investigada.

A discussão foi em torno da Educação Especial na perspectiva inclusiva e o GEPEDI fez uma apresentação com foco em tópicos que necessitam ser abordados no documento curricular apresentado pelo município em relação a Educação Especial. A reunião foi realizada remotamente, utilizando-se a plataforma Google Meet e a sala foi aberta por uma Representante da Equipe Técnica Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação. Devido a pandemia gerada pelo COVID 19 e a necessidade de se fazer o distanciamento social, as reuniões e as aulas presenciais, foram substituídas por reuniões e aulas remotas.

Esse novo formato tem gerado dificuldades e novos aprendizados para toda sociedade, principalmente, para educação brasileira que não está preparada para esse novo desafio, seja por fatores de ambientação tecnológica ou ferramentas. Araújo (2020, p. 2) relata que “o ensino remoto diz respeito a todos os recursos tecnológicos que podem ser utilizados como auxiliares da educação presencial”, ou

seja ela faz uma diferenciação de Educação à Distância (EAD) e explica que essa modalidade de ensino já tem regulamentação no país, envolve uma metodologia, uma sistematização, recursos tecnológicos e formação dos professores.

A reunião para discutir a Educação Especial no DCRB contou com a presença de 30 pessoas e mais os integrantes do GEPEDI. A metodologia de trabalho foi fazer a apresentação e depois foi aberto para discussões do grupo presente. O que se percebeu é que as pessoas pouco se pronunciam nos ambientes virtuais, passam a maior parte do tempo caladas, o microfone no mudo e as câmeras desabilitadas.

Ficam algumas questões para reflexões: a) Não estão compreendendo o assunto; b) Não tem interesse pela temática; c) foram obrigadas a participarem desse grupo Ed. Especial e não compreendem a discussão; c) Estão apenas pelo certificado e d) Não compreendem a importância desse documento. São questões que levantamos e que pretendemos aprofundar mais a frente em uma pesquisa mais elaborada com as pessoas que participaram da elaboração desse documento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos a importância desse momento histórico no qual a educação brasileira passou e passa por diversos problemas e desafios, tais como: implantação da BNCC, reforma do ensino médio, aulas remotas em virtude da pandemia com o COVID 19, falta de objetividade com as políticas educacionais do Governo Federal e as diversas trocas de ministros sem um plano diretivo para toda educação. São problemas emblemáticos, já que a resposta só aparecerá nos próximos anos.

Salientamos que, a BNCC trouxe a necessidade dos municípios se estruturarem no aspecto curricular, mas o que temos visto é muita angústia e ausência de compreensão por todos os envolvidos no processo, já que a elaboração do próprio documento teve várias ressalvas, pouca participação social, retrocessos como o ensino religioso, pois pela Constituição Federal/1988 somos um estado laico e no caso da Educação Especial, nem foi abordado no documento.

A situação de pandemia agravou ainda mais todas essas questões e mostrou de forma clara as desigualdades enfrentadas pela Educação Básica pública em nosso país. A participação do GEPEDI no processo de formulação curricular do município de Nova Viçosa foi muito importante para o grupo, pelo fato de contribuir com as discussões sobre a modalidade Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Compreendemos que a construção do DCRB é um momento histórico para os municípios baianos e que a participação de todos é muito importante. As reuniões remotas mesmo com todas as dificuldades, precisam incorporar a importância desse momento e que os educadores possam contribuir com a construção desse documento.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Denise Lino de. Entrevista os desafios do ensino remoto na educação básica. **Revista Leia Escola**, Campina Grande, v. 20, n. 1, 2020. Disponível em: <<http://file:///C:/Users/crisg/Downloads/1834-8519-1-PB.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2020.
- BAHIA. Secretaria da Educação. Superintendência de Políticas para Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais da Bahia. **Documento Curricular Referencial da Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental –** Superintendência de Políticas para Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Salvador: Secretaria da Educação, 2018. 468 p.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (**BNCC**). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.
- LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. **Inclusão e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial: história e políticas públicas**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- OLIVEIRA, M. K. **Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 2009.
- PICHETH, Sara Fernand; CASSANDRE, Marcio Pascoal; THIOLENT, Michel Jean Marie. Analisando a pesquisa-ação à luz dos princípios intervencionistas: um olhar comparativo. **Educação Revista Quadrimestral**, Porto Alegre, v. 39, n. esp. (supl.), s3-s13, dez. 2016. Disponível em <http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2016.s.24263>. Acesso em 100920.
- VYGOTSKI, Lev Semiónovic. **Problemas fundamentales de la defectología**. Madri: Visor, 1993. (Obras Completas, tomo V).